

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – SEDCON
AUTARQUIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO – PROCON/RJ
CONCURSO PÚBLICO
NÍVEL MÉDIO

01201 – AGENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – TIPO A

Frase: A esperança renova a cada amanhecer.

(Transcrever a frase acima para o **cartão-resposta**)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva;
- Um **cartão-resposta** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **caderno de texto definitivo** destinado à resposta da prova discursiva.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **cartão-resposta** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**.
- Em hipótese alguma o candidato levará consigo o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO:

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo**.
- Identifique no **cartão-resposta** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **cartão-resposta**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **cartão-resposta** e/ou do **caderno de texto definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva para o **cartão-resposta** e a prova discursiva para o **caderno de texto definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **cartão-resposta** e do **caderno de texto definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **caderno de prova**, no **cartão-resposta** e no **caderno de texto definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **caderno de prova**, o **cartão-resposta** e o **caderno de texto definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico www.idecan.org.br, juntamente com os cadernos de prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

- Texto para as questões de 1 a 10.

Texto I

CONSUMO X CONSUMISMO

Para entender se você consome ou se é consumista, primeiramente é preciso entender a diferença existente entre consumo e consumismo. No consumo, o ato de compra está ligado à necessidade, à sobrevivência, coisas indispensáveis à vida e ao bem-estar: água, comida, energia. Por meio das práticas de consumo, é que dizemos para o mundo quem nós somos, quem nós não somos, quem gostaríamos de ser. Consumo é identidade. Já o consumismo rompe essa relação de necessidade, pois o indivíduo está adquirindo algo que não precisa. O consumismo está, pois, veiculado ao gasto de produtos sem utilidade imediata, ou seja, supérfluos, como: mais um sapato, um anel de ouro.

Se entendido isso, pergunte-se: Necessito? Quero? Tenho dinheiro? Se eu passar no cartão de crédito, terei como pagar depois? Eu realmente vou usar este produto? Preciso de mais uma bolsa? Esta necessidade de colocar na balança existe, não só para avaliar determinada relação de consumo em sentido individualizado, mas, principalmente, para o consumidor se instruir e incrementar a formação de seu espírito crítico, de modo que este, possa bem se posicionar e enfrentar as circunstâncias do mercado de consumo.

Quando o ato de comprar está vinculado diretamente à ansiedade e à satisfação, pode-se dizer que se trata de uma compulsão. Em alguns casos, isso pode representar grandes perdas em termos de relacionamento interpessoal e qualidade de vida. Para que seja considerado doentio, o consumismo precisa representar uma parcela significativa da vida e dos pensamentos da pessoa, de forma que sua saúde emocional, social e financeira estejam abaladas.

Todos já nascem consumindo, e a fase criança é uma das que mais se consome; os estabelecimentos sabem disso. Sendo assim, as guloseimas ficam na altura certa da visão da criança para que ela peça aos pais, e na maioria das vezes, eles acabam comprando. Criança gosta muito de doce, criança gosta muito de consumir, vivencia-se uma era em que a criança é extremamente consumista.

Disponível em: <https://empasa.pb.gov.br/procon/noticias/consumo-x-consumismo-voce-sabe-a-diferenca-as-motivacoes>. Acesso em: 17 fev. 2026. Adaptado.

1. O texto “Consumo x Consumismo” apresenta uma reflexão sobre hábitos de compra e seus impactos individuais e sociais. Ao longo do texto, o autor utiliza diferentes estratégias discursivas para influenciar o leitor. Assim sendo, um recurso que contribui diretamente para a mudança de comportamento do leitor é:

- (A) a definição conceitual de consumo e consumismo, com base em termos técnicos.
- (B) o uso de exemplos concretos de produtos supérfluos, como “mais um sapato” e “um anel de ouro”.
- (C) a repetição do termo “criança”, enfatizando o público mais vulnerável ao consumismo.
- (D) a utilização de linguagem objetiva e informativa, sem marcas de interlocução.
- (E) o emprego de perguntas retóricas, incentivando a autoavaliação antes da compra.

2. “Para que seja considerado **doentio**, o consumismo precisa representar uma parcela significativa da vida e dos pensamentos da pessoa [...]”

No excerto em análise, o vocábulo ressaltado apresenta função sintática de:

- (A) objeto direto.
- (B) adjunto adnominal.
- (C) predicativo do sujeito.
- (D) predicativo do objeto.
- (E) complemento nominal.

3. A repetição da palavra “criança”, especialmente no último período do excerto, indica um(a):

“Todos já nascem consumindo, e a fase criança é uma das que mais se consome; os estabelecimentos sabem disso. Sendo assim, as guloseimas ficam na altura certa da visão da criança para que ela peça aos pais, e na maioria das vezes, eles acabam comprando. Criança gosta muito de doce, criança gosta muito de consumir, vivencia-se uma era em que a criança é extremamente consumista.”

- (A) pleonasma.
- (B) ambiguidade.
- (C) anáfora lexical.
- (D) redundância.
- (E) braquissesmia contextual.

4. No trecho a seguir, os conectivos enumerados foram usados com o valor semântico de:

“Consumo é identidade. Já o consumismo rompe essa relação de necessidade, **pois**¹ o indivíduo está adquirindo algo que não precisa. O consumismo está, **pois**², veiculado ao gasto de produtos sem utilidade imediata”.

- (A) 1 e 2, conclusão.
- (B) 1 e 2, explicação.
- (C) 1, conclusão; 2, explicação.
- (D) 1, conclusão; 2, justificativa.
- (E) 1, explicação; 2, conclusão.

5. “[...] para o consumidor **se** instruir e incrementar a formação de seu espírito crítico [...]”

Aponte, dentre os itens a seguir, aquele cuja função, a partir da estrutura das vozes verbais, seja a mesma do vocábulo demarcado no excerto anterior.

- (A) Vive-**se** bem em Fortaleza.
- (B) Vendem-**se** casas em Fortaleza.
- (C) Ela **se** machucou quando foi a Fortaleza.
- (D) Ela **se** arrependeu de não ter ido a Fortaleza.
- (E) **Se** eu morasse em Fortaleza, passaria o dia na praia.

6. “Em alguns casos, isso pode representar grandes **perdas** em termos de relacionamento interpessoal e qualidade de vida.”

O vocábulo “perdas” é formado por:

- (A) aférese.
- (B) síncope.
- (C) apócope.
- (D) aglutinação.
- (E) deverbalização.

7. “[...] vivencia-se uma era **em que as crianças são extremamente consumistas**.”

A oração subordinada destacada é tipificada como:

- (A) adjetiva restritiva.
- (B) adverbial consecutiva.
- (C) substantiva subjetiva.
- (D) substantiva predicativa.
- (E) substantiva objetiva indireta.

8. Acerca do emprego das palavras enumeradas, na passagem a seguir, é correto afirmar que:

“Todos já nascem consumindo, e a fase **criança**¹ é uma das que mais se consome; os estabelecimentos sabem disso. Sendo assim, as guloseimas ficam na altura certa da visão da **criança**² para que ela peça aos pais, e na maioria das vezes, eles acabam comprando. Criança gosta muito de doce, criança gosta muito de consumir, vivencia-se uma era em que a criança é extremamente consumista.”

- (A) em 1 e em 2, há função adjetiva.
- (B) em 1 e em 2, há função substantiva.
- (C) em 1, há função adverbial; em 2, adjetiva.
- (D) em 1, há função adjetiva; em 2, substantiva.
- (E) em 1, há função substantiva; em 2, adjetiva.

9. “[...] isso pode representar grandes perdas em termos de relacionamento interpessoal e qualidade de vida.”

Na passagem em evidência, há um exemplo de:

- (A) eclipse.
- (B) anáfora.
- (C) zeugma.
- (D) anacoluto.
- (E) hipérbato.

10. “Consumo é identidade. Já o consumismo rompe essa relação de necessidade, pois o indivíduo está adquirindo algo que não precisa.”

Na última oração do período em evidência, há uma infração à norma culta denominada de:

- (A) oxímoro.
- (B) perífrase.
- (C) paráfrase.
- (D) queísmo.
- (E) dequeísmo.

• Texto para as questões de 11 a 20.

Texto II

JUSTIÇA CEARENSE APRESENTA PRIMEIRAS SENTENÇAS UTILIZANDO LINGUAGEM SIMPLES

Com o objetivo de facilitar a compreensão e aproximar a Justiça da população, o Judiciário cearense proferiu as primeiras sentenças utilizando linguagem simples, evitando assim a utilização de termos jurídicos rebuscados. As primeiras decisões, com a nova linguagem, foram proferidas pelo Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tauá, e envolvem Direito do Consumidor.

Uma delas é de uma mulher que comprou três desodorantes pela internet por R\$ 169,10 e, insatisfeita, decidiu devolver os produtos e pedir que a loja a ressarcisse. No entanto, a empresa só retornou a quantia de R\$ 55,10, o que levou a cliente a procurar o Judiciário.

Na última sexta-feira (26), a empresa foi condenada a devolver integralmente o valor gasto nos desodorantes, explicando de maneira clara todas as razões que levaram à procedência parcial dos pedidos.

“Ao comunicar de forma clara e transparente, o Poder Público empodera os cidadãos, permitindo que tomem decisões informadas sobre suas vidas e comunidades, contribuindo para o desenvolvimento de sociedades mais justas, igualitárias e sustentáveis”, defende o juiz Sérgio Augusto Furtado Neto Viana, que é titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tauá.

A outra sentença do Juizado Especial de Tauá trata de um processo envolvendo uma cliente e uma ótica. A mulher adquiriu seus óculos no estabelecimento e, no mesmo dia, reparou que o produto estava com defeito. Ela procurou a loja para devolver os óculos, mas não obteve ajuda e, por isso, buscou a Justiça. O Juizado concedeu, nesta segunda-feira (29), o ressarcimento do valor pago pelo produto à cliente, bem como uma indenização por danos morais, visando compensar o sofrimento vivenciado pela consumidora.

Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/justica-cearense-apresenta-primeiras-sentenças-utilizando-linguagem-simples-1.3540345>.

Acesso em: 17 fev. 2026. Adaptado.

11. O elemento factual sobre o qual se alicerça o texto é:

- (A) a variação diastrática, uma vez que o texto aborda a adequação de jargões a um público leigo.
- (B) a variação diatópica, pois evidencia marcas linguísticas regionais próprias do dialeto cearense.
- (C) a variação diacrônica, tendo em vista a transformação estrutural da linguagem jurídica ao longo do tempo.
- (D) a variação diafásica, já que o texto demonstra mudança de registro motivada exclusivamente pela formalidade da situação comunicativa.
- (E) a variação diamésica, em razão da adaptação da linguagem jurídica ao meio digital de divulgação das sentenças.

12. “[...] a empresa foi condenada a devolver integralmente o valor gasto nos desodorantes [...]”

Em se tratando da estrutura sintática do período, é correto afirmar que:

- (A) está na voz passiva ativa, com agente expresse.
- (B) está na voz passiva analítica, sem agente expresse.
- (C) está na voz passiva analítica, com agente expresse.
- (D) está na voz passiva sintética, com agente expresse.
- (E) está na voz passiva sintética, sem agente expresse.

13. Atente-se à função sintática dos trechos demarcados, em I e em II, para assinalar a alternativa correta a seguir.

- I. “o Judiciário cearense proferiu as primeiras sentenças utilizando linguagem simples, evitando assim a utilização **de termos jurídicos rebuscados**.”
- II. “A outra sentença do Juizado Especial **de Tauá** trata de um processo envolvendo uma cliente e uma ótica.”

- (A) I e II são adjuntos adnominais.
(B) II e II são complementos nominais.
(C) I é adjunto adnominal; II, adjunto adverbial.
(D) I é complemento nominal; II, adjunto adnominal.
(E) I é adjunto adnominal; II, complemento nominal.

14. Os vocábulos enumerados a seguir desempenham função respectivamente de:

“Uma delas é de uma mulher **que**¹ comprou três desodorantes pela internet por R\$ 169,10 e, insatisfeita, decidiu devolver os produtos e pedir que a loja a ressarcisse. No entanto, a empresa só retornou a quantia de R\$ 55,10, o **que**² levou a cliente a procurar o Judiciário.”

- (A) 1 e 2, pronomes.
(B) 1 e 2, conjunções.
(C) 1, pronome; já 2, conjunção.
(D) 1, conjunção; já 2, pronome.
(E) 1, preposição; já 2, conjunção.

15. Analise os períodos I e II, para demarcar o item correto, em se tratando do uso ou da ausência da vírgula em relação aos elementos conectores destacados.

- I. “Uma delas é de uma mulher **que** comprou três desodorantes pela internet [...]”
- II. “[...] defende o juiz Sérgio Augusto Furtado Neto Viana, **que** é titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tauá.”

- (A) Em I e em II, há adição de uma informação acessória em relação aos antecedentes.
(B) Em I e em II, há um condicionamento de informação em relação aos antecedentes.
(C) Em I, a ausência da vírgula acrescenta uma informação em relação ao antecedente; enquanto em II, o uso da vírgula delimita a informação.
(D) Em I, a ausência da vírgula modifica sintaticamente a informação, da mesma forma que em II seu acréscimo torna a informação integrante em relação ao antecedente.
(E) Em I e em II, da ausência para o acréscimo da vírgula, há a modificação do aspecto semântico dos períodos, mas não do aspecto sintático das sentenças.

16. “[...] o Poder Público **empodera** os cidadãos, permitindo que tomem decisões informadas sobre suas vidas e comunidades [...]”

A palavra ressaltada, quanto à sua formação, trata-se de:

- (A) um neologismo, por empréstimo semântico e adaptação morfológica.
(B) uma derivação imprópria, pois a palavra mudou de classe sem alteração morfológica.
(C) um processo de derivação sufixal, visto que o radical “poder” recebe apenas o sufixo verbal formador.
(D) um arcaísmo, já que a palavra é etimologicamente antiga e pouco presente na língua contemporânea.
(E) um estrangeirismo, porque a palavra passou a integrar o vocabulário recente da língua por influência de um empréstimo linguístico.

17. Analise as preposições enumeradas nos trechos que seguem para assinalar o item correto.

- “As primeiras decisões, com a nova linguagem, foram proferidas **pelo**¹ Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tauá.”
- “O Juizado concedeu, nesta segunda-feira (29), o ressarcimento do valor pago **pelo**² produto, bem como uma indenização por danos morais [...]”

- (A) Em 1 e em 2, a preposição introduz termos acessórios.
(B) Em 1 e em 2, a preposição introduz termos integrantes.
(C) Em 1, a preposição introduz um termo integrante; já em 2, introduz um termo acessório.
(D) Em 1, a preposição introduz um termo acessório; já em 2, introduz um termo integrante.
(E) Em 1, a preposição introduz um termo essencial; já em 2, introduz um termo integrante.

18. Os verbos realçados na passagem seguinte indicam:

“Com o objetivo de facilitar a compreensão e aproximar a Justiça da população, o Judiciário cearense proferiu as primeiras sentenças **utilizando**¹ linguagem simples, **evitando**² assim a utilização de termos jurídicos rebuscados.”

- (A) 1 e 2, bases finais.
(B) 1 e 2, bases modais.
(C) 1, uma base modal; já 2, uma base final.
(D) 1, uma base final; já 2, uma base modal.
(E) 1, uma base modal; já 2, uma base causal.

19. “Uma delas é de uma mulher que comprou três desodorantes pela internet por R\$ 169,10 e, insatisfeita, decidiu devolver os produtos e **pedir** que a loja a ressarcisse.”

A respeito da regência do verbo “pedir”, no contexto em voga, é correto afirmar que:

- (A) é intransitiva, pois o verbo “pedir” apresenta autossuficiência sintático-semântica.
- (B) é transitiva direta, uma vez que a oração subsequente é seu objeto direto.
- (C) é transitiva indireta, já que que o trecho “que a loja a ressarcisse” é seu objeto indireto.
- (D) é bitransitiva, visto que o verbo “pedir” exige dois complementos: um direto e outro indireto.
- (E) é transitiva direta, visto que o verbo “pedir” tem dois objetos diretos: “que a loja” e o pronome oblíquo “a”, em “a ressarcisse”.

20. O conectivo realçado atribui ao trecho, em que se insere a seguir, uma coesão:

“Uma delas é de uma mulher que comprou três desodorantes pela internet por R\$ 169,10 e, insatisfeita, decidiu devolver os produtos e pedir que a loja a ressarcisse. **No entanto**, a empresa só retornou a quantia de R\$ 55,10, o que levou a cliente a procurar o Judiciário.”

- (A) dêitica.
- (B) frástica.
- (C) catafórica.
- (D) parafrástica.
- (E) por pró-forma.

Raciocínio Lógico

21. Uma cooperativa mistura dois lotes de plástico triturado para reciclagem:

Lote A: 40 kg com 5% de impurezas.

Lote B: 60 kg com 3% de impurezas.

A porcentagem de impurezas no total misturado é igual a:

- (A) 3,8%.
- (B) 3,0%.
- (C) 4,8%.
- (D) 8,0%.
- (E) 4,0%.

22. Em uma rede social, considere:

S = usuários que seguem o perfil oficial de uma marca.

L = usuários que curtiram o último *post* dessa marca.

O conjunto S – L representa:

- (A) usuários que seguem e curtiram.
- (B) usuários que curtiram, mas não seguem.
- (C) usuários que seguem, mas não curtiram o último *post*.
- (D) usuários que não seguem e não curtiram.
- (E) usuários que seguem a marca ou curtiram o último *post*.

23. Um sistema de irrigação utiliza 3 bombas idênticas para irrigar uma área de 60 hectares em 12 horas. Para irrigar uma área de 90 hectares em apenas 9 horas, o total de bombas idênticas à situação inicial que serão necessárias é igual a:

- (A) 4.
- (B) 8.
- (C) 9.
- (D) 6.
- (E) 5.

24. No centro de distribuição de uma loja virtual, os pacotes são organizados em prateleiras:

- O pacote A está à esquerda do pacote B.
- O pacote C está acima do pacote A.
- O pacote D está à direita do pacote C.
- O pacote E está abaixo do pacote D.

Em relação ao pacote A, o pacote E está:

- (A) à esquerda.
- (B) à direita.
- (C) acima.
- (D) abaixo.
- (E) meio.

25. A sequência a seguir possui um padrão de crescimento:

8, 16, 32, 64, 128, 256, ...

O próximo termo da sequência é:

- (A) 384.
- (B) 1.024.
- (C) 824.
- (D) 1.083.
- (E) 512.

RASCUNHO

Tecnologia da Informação

26. Em um ambiente corporativo, um colaborador que se encontra fora do escritório precisa acessar com confidencialidade recursos internos da rede local, como servidores de arquivos e sistemas administrativos, utilizando uma conexão pública de Internet. Para garantir a integridade e a privacidade dos dados transmitidos nesse cenário, o mecanismo empregado é denominado:

- (A) HTTP.
- (B) VPN.
- (C) Navegador.
- (D) DNS.
- (E) Cookie.

27. Um sistema corporativo permite que múltiplos usuários acessem um repositório centralizado de documentos, no qual apenas um servidor fornece os arquivos solicitados e os demais dispositivos atuam exclusivamente como solicitantes das informações. Esse modelo de comunicação é classificado como:

- (A) P2P.
- (B) Darknet.
- (C) Navegador.
- (D) Cliente/Servidor.
- (E) E-mail.

28. Em uma planilha de controle orçamentário, a coluna A lista categorias de despesas (“Alimentação”, “Transporte” e “Educação”) e a coluna B registra os respectivos valores gastos. A célula D2 contém a fórmula **=SOMASE(A:A; “Transporte”; B:B)** para consolidar os gastos. Essa expressão produz como resultado:

- (A) A soma dos valores em B cujas linhas correspondentes em A contêm exatamente o texto “Transporte”.
- (B) A soma de todas as células da coluna A que contêm o texto “Transporte”.
- (C) A soma dos valores em B somente se a palavra “Transporte” aparecer em qualquer parte da planilha.
- (D) A soma do número de ocorrências da palavra “Transporte” convertido em valor numérico.
- (E) A soma de todos os valores em B, independentemente da categoria indicada em A.

29. Em um ambiente corporativo, um sistema é configurado para monitorar e filtrar o tráfego de rede com base em regras pré-definidas, impedindo comunicações não autorizadas entre redes internas e externas. Esse mecanismo de proteção é denominado:

- (A) Antivírus.
- (B) Anti-spyware.
- (C) Anti-spam.
- (D) Phishing.
- (E) Firewall.

30. Em um sistema de inteligência artificial utilizado para seleção de currículos, observou-se que candidatos de determinados grupos demográficos eram sistematicamente desclassificados, mesmo com qualificações equivalentes aos demais. Essa distorção decorre principalmente de:

- (A) Transparência Algorítmica.
- (B) Aprendizado Não Supervisionado.
- (C) Viés de Dados.
- (D) Auditoria de Modelo.
- (E) Governança de Dados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito do Consumidor

- 31.** Nos termos do art. 2º da Lei nº 8.078/90, considera-se consumidor:
- (A) Pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
 - (B) Pessoa física ou jurídica que integra cadeia produtiva mediante aquisição de insumos.
 - (C) Pessoa física ou jurídica que comercializa bens no mercado consumidor.
 - (D) Pessoa física ou jurídica que participa da produção ou distribuição de produtos.
 - (E) Pessoa física ou jurídica que intermedeia operações comerciais no mercado.
-
- 32.** À luz do art. 3º da Lei nº 8.078/90, considera-se fornecedor:
- (A) Pessoa física ou jurídica que adquire produto para uso próprio.
 - (B) Pessoa física ou jurídica que utiliza serviço como destinatário final.
 - (C) Pessoa física ou jurídica que consome produto no âmbito privado.
 - (D) Pessoa física ou jurídica que recebe produto sem finalidade econômica.
 - (E) Pessoa física ou jurídica que desenvolve atividade de produção, distribuição ou comercialização de produtos ou serviços.
-
- 33.** Segundo o art. 4º da Lei nº 8.078/90, constitui objetivo da Política Nacional das Relações de Consumo:
- (A) Supremacia do desenvolvimento econômico sobre a defesa do consumidor.
 - (B) Atendimento das necessidades dos consumidores com respeito à dignidade, saúde, segurança e interesses econômicos.
 - (C) Redução da intervenção estatal nas relações privadas.
 - (D) Autorregulação empresarial desvinculada de fiscalização.
 - (E) Predominância da autonomia privada nas relações contratuais.
-
- 34.** De acordo com o art. 6º, I, da Lei nº 8.078/90, constitui direito básico do consumidor:
- (A) Revisão contratual automática independentemente de circunstância.
 - (B) Indenização sem demonstração de dano.
 - (C) Substituição contratual sem verificação de vício.
 - (D) Proteção da vida, saúde e segurança contra riscos decorrentes do fornecimento.
 - (E) Suspensão unilateral de obrigação regularmente pactuada.
-
- 35.** Nos termos do art. 12 da Lei nº 8.078/90, caracteriza defeito do produto a hipótese em que o:
- (A) Desgaste decorre do uso regular conforme instruções.
 - (B) Produto não oferece a segurança que dele legitimamente se espera.
 - (C) Risco é inerente à natureza do produto.
 - (D) Dano resulta de fato exclusivo do consumidor.
 - (E) Evento decorre de ato exclusivo de terceiro.
-
- 36.** À luz da disciplina normativa estabelecida pela Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – acerca da responsabilidade por vícios de qualidade ou quantidade em produtos, caso o vício não seja sanado no prazo legal pelo fornecedor, poderá o consumidor exigir:
- (A) Prorrogação automática do prazo para reparo mediante decisão unilateral do fornecedor.
 - (B) Conversão obrigatória da obrigação em crédito para aquisição de outro produto.
 - (C) Restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
 - (D) Substituição do produto somente mediante concordância expressa do fornecedor responsável.
 - (E) Manutenção do contrato com abatimento proporcional condicionado à comprovação de culpa do fabricante.
-
- 37.** Considerando as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – relativas aos prazos decadenciais para reclamação de vícios em produtos e serviços, quando se tratar de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se na(no):
- (A) Data de aquisição do produto ou serviço pelo consumidor.
 - (B) Emissão do documento fiscal correspondente à compra.
 - (C) Momento em que ficar evidenciado o defeito.
 - (D) Data de fabricação indicada pelo fornecedor.
 - (E) Momento da celebração do contrato de fornecimento.
-
- 38.** Nos termos da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, constitui prática abusiva:
- (A) Condicionar fornecimento de produto ao fornecimento de outro produto ou serviço.
 - (B) Fixar preço conforme variação regular de mercado.
 - (C) Informar previamente prazo de entrega.
 - (D) Exigir pagamento previsto contratualmente.
 - (E) Suspender venda por indisponibilidade de estoque.

39. Consubstanciado na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, considera-se contrato de adesão aquele cujas:

- (A) Cláusulas resultam de negociação integral entre as partes.
- (B) Cláusulas são redigidas por instrumento público obrigatório.
- (C) Cláusulas são elaboradas por entidade profissional.
- (D) Cláusulas são estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor.
- (E) Cláusulas são discutidas individualmente.

40. Tomando por base as diretrizes da Lei nº 8.078/90 com redação da Lei nº 14.181/2021 – Lei do Superendividamento, caracteriza superendividamento:

- (A) Inadimplemento contratual decorrente de obrigação isolada.
- (B) Endividamento empresarial vinculado à atividade econômica.
- (C) Dívida tributária regularmente constituída.
- (D) Mora contratual superior ao prazo ajustado.
- (E) Impossibilidade manifesta do consumidor pessoa natural pagar dívidas de consumo sem comprometer o mínimo existencial.

41. Segundo a disciplina estabelecida pela Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor possui como finalidade:

- (A) Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política nacional das relações de consumo.
- (B) Julgar conflitos individuais decorrentes de relações de consumo em âmbito administrativo.
- (C) Regulamentar atividades empresariais no mercado consumidor mediante edição de normas gerais.
- (D) Fiscalizar exclusivamente a atuação dos fornecedores privados no mercado de consumo.
- (E) Substituir o Poder Judiciário na solução definitiva de litígios de consumo.

42. Acerca das disposições presentes na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, a sentença proferida em ação coletiva fará coisa julgada:

- (A) Inter partes condicionada à adesão posterior.
- (B) Dependente de homologação administrativa.
- (C) Restrita aos associados da entidade autora.
- (D) Sujeita à confirmação recursal obrigatória.
- (E) Erga omnes nos limites da competência territorial do órgão prolator.

43. Com base nos mandamentos expressos na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – sobre banco de dados, o consumidor tem direito de:

- (A) Manter registro negativo por prazo indeterminado.
- (B) Impedir comunicação prévia da negativação.
- (C) Acessar informações constantes de cadastros e exigir correção quando inexatas.
- (D) Excluir registro regular independentemente de erro.
- (E) Impedir compartilhamento autorizado por lei.

44. A Lei Estadual nº 5.738/2010 institui a Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro – PROCON-RJ – e estabelece disposições relativas ao seu regime jurídico inicial e à disciplina normativa que regerá sua organização institucional. Considerando exclusivamente o texto da referida lei, assinale a alternativa correta.

- (A) A Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro – PROCON-RJ – é regida por estatuto aprovado por lei estadual específica, que substituirá integralmente as disposições da Lei nº 5.738/2010.
- (B) A Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro – PROCON-RJ – é regida por regulamento aprovado por resolução administrativa da Secretaria de Estado da Casa Civil, que disciplinará sua organização e funcionamento.
- (C) A Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro – PROCON-RJ – é regida por estatuto aprovado por decreto legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, complementando a disciplina estabelecida na Lei nº 5.738/2010.
- (D) A Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro – PROCON-RJ – é regida pela Lei nº 5.738/2010 e por estatuto próprio, cuja aprovação deverá ocorrer por decreto.
- (E) A Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro – PROCON-RJ – é regida por estatuto aprovado por portaria do Secretário de Estado da Casa Civil, que estabelecerá sua organização administrativa.

45. Considerando as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – acerca da descon sideração da personalidade jurídica, admite-se a adoção dessa medida quando o(a):

- (A) Fornecedor possuir estrutura empresarial complexa com pluralidade de sócios.
- (B) Personalidade jurídica representar obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- (C) Fornecedor exercer atividade econômica regularmente registrada.
- (D) Pessoa jurídica apresentar elevado volume de operações comerciais.
- (E) Fornecedor possuir patrimônio suficiente para satisfação das obrigações assumidas.

Direito Administrativo

46. Com base no Estatuto da Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro – PROCON-RJ, aprovado pelo Decreto nº 43.400/2012, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Conselho Fiscal propor alterações no Estatuto do PROCON-RJ e aprovar seu Regimento Interno.
- (B) O Conselho Fiscal tem competência para fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, sob o ponto de vista fiscal e para expedir os atos de natureza normativa de competência do PROCON-RJ.
- (C) O Conselho de Administração delibera por maioria simples, presente a maioria absoluta de seus membros, podendo, em segunda convocação, deliberar com quórum mínimo de um terço dos votos.
- (D) O Conselho Fiscal é composto por cinco membros efetivos e cinco suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, sendo vedada a participação de representantes da sociedade civil.
- (E) Compete ao Conselho de Administração deliberar sobre os relatórios da administração e as demonstrações financeiras do PROCON-RJ.

47. Elba é Agente de Proteção e Defesa do Consumidor no PROCON do Estado X. Sabendo-se que a ética, no serviço público, está a serviço da cidadania e se concretiza por meio da observância da legalidade, da moralidade e da finalidade pública, Elba, durante fiscalização em uma rede varejista de grande porte, constatou indícios de prática reiterada de cláusulas contratuais abusivas.

O diretor regional da empresa alegou que já existe procedimento semelhante em curso em outro município e solicitou que a agente deixasse de formalizar nova autuação até o encerramento daquele processo, a fim de “evitar sobreposição administrativa”. Diante dessa situação, é conduta eticamente adequada que Elba:

- (A) Formalize o auto de infração, registre os elementos fáticos constatados e encaminhe à autoridade competente eventual análise sobre conexão ou continência entre procedimentos administrativos.
- (B) Registre relatório interno, abstendo-se de autuar até que haja manifestação formal da Diretoria Jurídica sobre possível litispendência administrativa.
- (C) Deixe de autuar, uma vez que a existência de processo semelhante impede a instauração de novo procedimento, sob pena de violação ao princípio do non bis in idem.
- (D) Autue e divulgue o fato à imprensa local, em nome da transparência e da proteção coletiva do consumidor.
- (E) Suspenda a lavratura do auto, considerando o princípio da eficiência administrativa, para evitar duplicidade de sanções.

48. Um servidor ocupante de cargo efetivo no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro foi aprovado em concurso público para outro cargo também estadual, com horários potencialmente compatíveis. Antes de assumir o novo cargo, comunicou formalmente à Administração sobre a possibilidade de acumulação. A autoridade administrativa instaurou procedimento para verificar a licitude da acumulação e a compatibilidade de horários. À luz do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Rio de Janeiro e de seu Regulamento, assinale a alternativa correta.

- (A) A acumulação é automaticamente permitida sempre que houver compatibilidade de horários, independentemente da natureza dos cargos.
- (B) A verificação da compatibilidade de horários é faculdade da Administração, podendo ser dispensada se o servidor declarar que não há conflito.
- (C) A acumulação indevida gera nulidade apenas do segundo vínculo, não ensejando responsabilidade disciplinar.
- (D) A acumulação somente será lícita se houver previsão constitucional específica, além da compatibilidade de horários, cabendo à Administração verificar ambos os requisitos.
- (E) O Estatuto estadual não trata da acumulação de cargos, devendo aplicar-se exclusivamente a Constituição Federal.

49. Os servidores públicos são espécies do gênero agentes públicos e caracterizam-se pela existência de vínculo profissional com o Estado, podendo submeter-se a regime jurídico estatutário ou contratual. À luz dessa distinção, são considerados servidores públicos:

- (A) Os ocupantes de mandato eletivo, os empregados públicos e os agentes credenciados, desde que percebam remuneração dos cofres públicos e estejam sujeitos a controle disciplinar da Administração.
- (B) Os agentes políticos, os empregados públicos e os particulares em colaboração com o Poder Público, desde que haja investidura formal e remuneração pelos cofres públicos.
- (C) Os particulares delegatários de serviço público, os credenciados e os ocupantes de cargos vitalícios, independentemente do regime jurídico aplicável.
- (D) Os empregados públicos, os delegados de função pública e os agentes honoríficos, desde que exerçam função administrativa típica.
- (E) Os ocupantes de cargos públicos efetivos ou em comissão submetidos a regime estatutário, os empregados públicos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e os contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

50. A delegação de competência, no âmbito do processo administrativo federal, constitui técnica de desconcentração funcional, permitindo a transferência temporária do exercício de atribuições administrativas, nos termos da Lei nº 9.784/1999. Todavia, o legislador estabeleceu hipóteses expressas de indelegabilidade. À luz do art. 13 da referida lei, assinale a alternativa que contempla exclusivamente hipóteses legais de vedação à delegação.

- (A) A edição de atos normativos internos; A decisão final em processos administrativos sancionadores; As matérias sujeitas a reserva legal; As atribuições delegadas por ato do Chefe do Poder Executivo.
- (B) A edição de atos regulamentares; A avocação temporária de competência; A decisão de recursos administrativos; A aplicação de penalidades a servidores públicos.
- (C) A prática de atos de império; A decisão de processos disciplinares; A edição de atos normativos secundários; A apreciação de pedidos de reconsideração.
- (D) A edição de atos normativos primários; A decisão de recursos administrativos hierárquicos impróprios; A anulação de atos administrativos ilegais; A aplicação de sanções administrativas.
- (E) A edição de atos de caráter normativo; A decisão de recursos administrativos; As matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

51. A força vinculante dos precedentes administrativos decorre dos princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança legítima e da isonomia, impondo à Administração o dever de coerência decisória em situações que apresentem identidade fático-jurídica relevante. Não obstante, admite-se a superação do precedente administrativo, inclusive com aplicação da técnica do *prospective overruling*, pela qual a mudança de orientação passa a produzir efeitos apenas para o futuro, preservando situações anteriormente consolidadas. À luz da doutrina contemporânea e dos princípios que regem a atuação administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Quando a alteração interpretativa envolver matéria discricionária, hipótese em que a Administração poderá modificar o precedente com efeitos retroativos, independentemente da proteção da confiança dos administrados.
- (B) Quando a Administração, mediante motivação qualificada e explícita, demonstrar a inadequação ou superação do entendimento anterior à luz de nova interpretação jurídica ou alteração relevante do contexto normativo, devendo, por razões de segurança jurídica e proteção da confiança, atribuir efeitos prospectivos à nova orientação.
- (C) Quando o ato invocado como paradigma se revelar ilegal, hipótese em que a Administração deverá manter sua aplicação até decisão judicial em sentido contrário, em respeito à estabilidade das relações jurídicas.
- (D) Quando razões genéricas de interesse público recomendarem a mudança do entendimento administrativo, sendo prescindível fundamentação específica, diante da supremacia do interesse público sobre o privado.
- (E) Quando o precedente decorrer de práticas administrativas reiteradas destinadas à organização interna da coletividade, ainda que não haja identidade fático-jurídica entre os casos confrontados.

52. Cássio, ao realizar prova de Direito Administrativo, deparou-se com uma questão relativa ao princípio da legalidade administrativa. Sabe-se que, no regime jurídico-administrativo, a legalidade impõe à Administração Pública atuação estritamente vinculada à lei, diferentemente do particular, que pode fazer tudo o que a lei não proíbe. A questão afirmava que, embora a legalidade constitua pilar estruturante da atuação administrativa, admite restrições excepcionais em hipóteses constitucionalmente previstas. À luz da Constituição e da teoria do regime jurídico-administrativo, marque a alternativa correta.

- (A) O princípio da legalidade administrativa foi substituído pelo princípio da juridicidade, o que autoriza a Administração a agir independentemente de previsão legal, desde que a conduta não viole princípios constitucionais.
- (B) A mitigação da legalidade ocorre sempre que a Administração exerce poder discricionário, hipótese em que poderá agir contra a lei se entender que a medida atende melhor ao interesse coletivo.
- (C) Admite-se mitigação excepcional do princípio da legalidade administrativa em hipóteses expressamente previstas na Constituição, como nos casos de estado de defesa, estado de sítio e edição de medidas provisórias, situações em que a própria ordem constitucional autoriza atuação normativa ou restritiva sem lei formal prévia específica, sem afastar, contudo, a juridicidade.
- (D) A legalidade administrativa pode ser afastada sempre que o interesse público primário justificar atuação estatal urgente, ainda que inexistente previsão constitucional ou legal expressa, em razão da supremacia do interesse público.
- (E) Não se admitem restrições ao princípio da legalidade administrativa, pois a Administração somente pode agir quando houver lei formal anterior específica autorizando cada conduta, sendo inconstitucional qualquer atuação baseada diretamente na Constituição.

53. As agências executivas consistem em qualificação especial atribuída a autarquias ou fundações públicas que celebrem contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor, com vistas à ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira, mediante cumprimento de metas de desempenho, nos termos do art. 37, § 8º, da Constituição Federal. Considerando o regime jurídico aplicável às agências executivas, indique a opção correta.

- (A) A qualificação como agência executiva decorre automaticamente da celebração do contrato de gestão, independentemente de ato formal do Chefe do Poder Executivo.
- (B) A celebração do contrato de gestão com o Ministério supervisor deve observar periodicidade mínima semestral de avaliação obrigatória, sob pena de perda automática da qualificação como agência executiva.
- (C) A qualificação como agência executiva exige que a autarquia ou fundação pública tenha plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e celebre contrato de gestão com o Ministério supervisor, sendo a qualificação formalizada por decreto do Poder Executivo.
- (D) A desqualificação da entidade como agência executiva depende de prévia autorização legislativa específica, por se tratar de modificação da natureza jurídica da autarquia ou fundação.
- (E) A qualificação como agência executiva implica transformação da autarquia ou fundação em entidade integrante da administração indireta sob regime especial, com personalidade jurídica nova e autonomia normativa própria.

54. A atuação administrativa deve sempre buscar a satisfação do interesse público, sendo que a prestação de serviços públicos deve ocorrer de forma contínua e ininterrupta, nos termos do princípio da continuidade. Entretanto, a legislação brasileira admite, de forma restrita, situações excepcionais em que o fornecimento pode ser suspenso. Considerando o art. 6º, §3º, da Lei nº 8.987/1995 e o entendimento majoritário da doutrina e jurisprudência do STJ, assinale a alternativa correta quanto às hipóteses de interrupção do serviço público.

- (A) Interrupção do serviço em razão de débitos pretéritos, sem relação com o mês corrente de consumo, podendo-se suspender o fornecimento mesmo em contas regulares.
- (B) Interrupção do serviço em razão da inadimplência do usuário, desde que precedida de notificação adequada e desde que a suspensão não afete unidades prestadoras de serviços essenciais ou de interesse coletivo.
- (C) Suspensão do fornecimento de serviço por mero critério administrativo ou conveniência da concessionária, independentemente de notificação ou justificativa, mesmo que não haja risco à segurança.
- (D) Corte do serviço em caso de emergência ou necessidade de manutenção crítica, sempre exigindo aviso prévio, ainda que tal aviso comprometa a segurança ou a eficiência do serviço.
- (E) Corte do serviço por débitos de usuário anterior, transferindo-se a obrigação de pagamento e admitindo-se a suspensão da prestação por dívida alheia ao consumidor atual.

55. A Lei nº 14.133/2021 estabelece critérios objetivos para o julgamento de propostas (art. 33) e veda a participação de determinados licitantes em situações específicas (art. 73 e 74). Considerando essas normas, indique a opção correta.

- (A) Uma empresa que ofereça menor preço, mas tenha sócio que exerceu função de comissão de licitação em processo anterior está impedida de participar direta ou indiretamente, salvo se houver afastamento formal do sócio do processo em curso.
- (B) Uma empresa cujo diretor tenha sido condenado por crime contra a Administração Pública pode participar normalmente de licitação cujo critério de julgamento seja “maior retorno econômico”, desde que o contrato seja inferior a R\$ 1 milhão.
- (C) Em licitação cujo critério de julgamento seja “técnica e preço”, uma empresa declarada inidônea por órgão da Administração Pública pode participar indiretamente, desde que use uma empresa subsidiária não inidônea.
- (D) Em licitação cujo critério seja “melhor técnica”, empresas com antecedentes de fraude em licitação anterior não podem participar, mas a sanção não impede participação se o processo licitatório for de caráter emergencial.
- (E) O critério de julgamento “maior retorno econômico” dispensa a verificação de impedimentos legais, pois se trata de análise de eficiência financeira e não de legalidade da participação.

56. Em regra, os órgãos da Administração Pública não possuem personalidade jurídica própria, e, portanto, não podem figurar em juízo por si próprios, devendo atuar por meio do ente ao qual se subordinam. Assinale a alternativa que indica corretamente as exceções em que órgãos podem figurar diretamente em juízo.

- (A) Ministérios, secretarias estaduais e autarquias podem propor ações diretamente, independentemente de previsão legal, sempre que o interesse for meramente interno.
- (B) Apenas órgãos vinculados à Administração direta podem atuar em juízo, desde que haja autorização expressa do chefe do Poder Executivo.
- (C) Órgãos colegiados, como conselhos municipais e estaduais, podem atuar diretamente em juízo sempre que houver litígio envolvendo servidores subordinados.
- (D) Tribunais de Contas, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas podem atuar em juízo em razão de previsão constitucional ou legal, mesmo sem serem titulares de personalidade jurídica própria.
- (E) Nenhum órgão pode figurar em juízo diretamente; sempre será necessário que o ente federativo assuma a titularidade da ação.

57. O Município Alfa editou ato administrativo que declarou a nulidade de licença ambiental anteriormente concedida a determinada empresa, sob o fundamento de vício de competência insanável. A licença havia sido regularmente publicada e produziu efeitos por três anos, período em que a empresa realizou investimentos significativos. Após a declaração de nulidade, o Município determinou a imediata paralisação das atividades, independentemente de ordem judicial. A empresa ajuizou ação alegando:

- I. Impossibilidade de retroação absoluta dos efeitos da invalidação;
- II. Necessidade de decisão judicial para sustar as atividades;
- III. Preservação dos efeitos já produzidos em razão da boa-fé.

À luz da teoria dos efeitos do ato administrativo e da jurisprudência dominante, assinale a alternativa correta.

- (A) A invalidação por vício insanável produz efeitos necessariamente *ex nunc*, preservando-se integralmente os efeitos pretéritos, ainda que o ato seja nulo de pleno direito.
- (B) A presunção de legitimidade do ato administrativo impede sua invalidação após o decurso de três anos, salvo comprovada má-fé do administrado.
- (C) A declaração de nulidade produz, como regra, efeitos *ex tunc*; todavia, é juridicamente possível a modulação ou preservação de efeitos já consolidados em nome da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima.
- (D) A Administração não poderia determinar a paralisação imediata das atividades sem prévia autorização judicial, pois a autoexecutoriedade depende sempre de controle jurisdicional prévio.
- (E) Sendo o vício de competência insanável, o ato é inexistente, razão pela qual não produz quaisquer efeitos jurídicos, nem mesmo efeitos reflexos perante terceiros.

58. No âmbito da organização administrativa, um Ministro de Estado determinou a revisão de ato praticado por autarquia federal vinculada à sua Pasta, sob fundamento de exercício do poder hierárquico. Em outro caso, um chefe de departamento avocou competência atribuída a servidor subordinado, justificando a medida por necessidade de uniformização de entendimentos internos. À luz da teoria do poder hierárquico no Direito Administrativo brasileiro, marque a afirmativa correta.

- (A) O poder hierárquico autoriza a revisão de atos praticados por entidades da Administração indireta vinculadas ao Ministério supervisor, pois a vinculação implica subordinação administrativa plena.
- (B) A avocação é manifestação típica do poder hierárquico e pode ocorrer ainda que não haja relação de subordinação direta, desde que haja interesse público relevante.
- (C) O poder hierárquico pode ser exercido externamente entre entes federativos distintos sempre que houver convênio administrativo celebrado entre eles.
- (D) Não há hierarquia entre Administração direta e indireta, mas apenas controle finalístico; por outro lado, no interior da mesma pessoa jurídica, o poder hierárquico autoriza ordens, fiscalização, delegação e avocação, nos limites legais.
- (E) A vinculação administrativa entre Ministério e autarquia caracteriza forma mitigada de hierarquia, permitindo ao Ministro substituir a decisão técnica da entidade quando discordar de seus fundamentos.

59. No que se refere à organização administrativa e às formas de descentralização e desconcentração, assinale a alternativa correta.

- (A) A descentralização por serviços ocorre quando o Estado cria uma entidade da Administração indireta, atribuindo-lhe a titularidade e a execução de determinado serviço público.
- (B) A descentralização administrativa ocorre quando há distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, criando-se órgãos sem personalidade jurídica própria.
- (C) A desconcentração administrativa pressupõe a criação de nova pessoa jurídica distinta do ente instituidor, com personalidade jurídica própria e patrimônio próprio.
- (D) A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista configura hipótese de concentração administrativa, pois integram a estrutura estatal.
- (E) A desconcentração rompe o vínculo hierárquico entre o órgão central e os órgãos subordinados, estabelecendo apenas controle finalístico.

60. O Estado Delta editou lei atribuindo a uma empresa pública estadual a competência para:

- I. Expedir licenças ambientais;
- II. Fiscalizar atividades potencialmente poluidoras;
- III. Aplicar multas administrativas;
- IV. Inscrever débitos decorrentes dessas multas em dívida ativa.

Em ação anulatória, a empresa autuada sustentou que houve exercício ilegítimo do poder de polícia, por delegação indevida e violação às garantias constitucionais. Pensando na aplicabilidade do poder de polícia no Direito Administrativo brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder de polícia é atividade exclusivamente repressiva, razão pela qual a expedição de licenças constitui ato de gestão administrativa e não manifestação de poder de império.
- (B) O poder de polícia compreende atividades normativas, preventivas e repressivas destinadas a condicionar ou restringir direitos individuais em benefício do interesse público, sendo possível delegar a pessoas jurídicas de direito público sua execução, nos limites legais.
- (C) A aplicação de multas administrativas não integra o ciclo do poder de polícia, por possuir natureza tributária, dependendo sempre de prévia atuação do Poder Judiciário.
- (D) A delegação do poder de polícia é constitucionalmente vedada a qualquer entidade da Administração indireta, ainda que integrante da estrutura estatal e dotada de personalidade jurídica de direito público.
- (E) O exercício do poder de polícia afasta a incidência do contraditório e da ampla defesa, pois decorre diretamente da supremacia do interesse público sobre o privado.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **caderno de texto definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. O texto deverá conter a extensão mínima de **30 (trinta)** linhas, e máxima de **40 (quarenta)** linhas.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **40 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **caderno de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **caderno de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- A prova discursiva será em Questão Aberta, 01 (uma) questão, e consistirá na elaboração de texto argumentativo, com base em um caso prático formulado pela Banca Examinadora, abordando os mais diversos temas de acordo com o conteúdo programático constante no Edital, cumulados ou não.

QUESTÃO:

Com base exclusiva na legislação seca (Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor; Lei nº 14.181/2021; Decreto nº 7.962/2013; Decreto nº 11.034/2022; Decreto nº 2.181/1997), analise a situação hipotética abaixo e responda de forma fundamentada.

TAYLOR SWIFT THE ERAS TOUR

with special guest
Sabrina Carpenter

LATIN AMERICA 2023



24/08 Mexico City, Mexico
Foro Sol

25/08 Mexico City, Mexico
Foro Sol

26/08 Mexico City, Mexico
Foro Sol

09/11 Buenos Aires, Argentina
Estadio River Plate

10/11 Buenos Aires, Argentina
Estadio River Plate

18/11 Rio de Janeiro, Brazil
Estádio Nilton Santos - Engenhão

25/11 São Paulo, Brazil
Allianz Parque

26/11 São Paulo, Brazil
Allianz Parque

additional international dates will be announced soon
visit taylorswift.com/tour for more info

TAYLOR SWIFT
TOURING

Um consumidor adquiriu ingresso digital para show internacional por meio de plataforma digital de intermediação, comprando o ingresso de terceiro. Para efetivar a compra, utilizou cartão de crédito de titularidade de terceiro. Além disso, adquiriu passagens aéreas exclusivamente para deslocar-se à cidade do Rio de Janeiro com a finalidade de assistir ao evento.

Dias antes do show, a produtora brasileira anunciou o cancelamento do evento, em razão de rompimento unilateral do contrato com o artista estrangeiro, após a morte de uma fã que passou mal enquanto aguardava na fila de acesso ao estádio.

Diante desse contexto, redija texto argumentativo abordando, obrigatoriamente:

- I. A caracterização da relação de consumo e a identificação dos fornecedores envolvidos (produtora, plataforma digital, vendedor intermediado e eventual instituição financeira).
- II. A condição de consumidor final, mesmo com a utilização de cartão de crédito de terceiro.
- III. A aplicação dos direitos básicos do consumidor previstos no art. 6º do CDC.
- IV. A responsabilidade pelo fato ou por vício do serviço, bem como a eventual responsabilidade solidária entre os integrantes da cadeia de fornecimento.
- V. O direito à restituição de valores pagos pelo ingresso e a possibilidade de reparação por eventuais danos materiais, incluindo as passagens aéreas adquiridas exclusivamente para o evento.
- VI. A incidência das normas específicas sobre comércio eletrônico (Decreto nº 7.962/2013) e atendimento ao consumidor (Decreto nº 11.034/2022).
- VII. As vias administrativas e judiciais disponíveis ao consumidor no âmbito do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e da defesa do consumidor em juízo.

O candidato deverá demonstrar:

- Compreensão integral da situação-problema;
- Progressão temática organizada e coerente;
- Domínio dos conceitos legais centrais e sua inter-relação;
- Capacidade de fundamentação exclusivamente em dispositivos legais;
- Análise crítica quanto à responsabilidade dos fornecedores na economia digital.

Extensão obrigatória: mínimo de 30 e máximo de 40 linhas.

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	
35	
40	